

## À PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO - PR

Processo Licitatório Nº 0050/2015

Pregão Eletrônico – Registro de Preços Nº 0027/2015

### **MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA,**

pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.949.582/0001-82, com sede na Rodovia BR 277 – km 4 – nº 3.931, Curitiba, Paraná, vem, por intermédio de seu representante legal, com fulcro na Lei Federal 10.520/02, com aplicação supletiva da Lei 8.666/93 e nas condições previstas no edital e seus anexos, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

#### **1. DA LICITAÇÃO**

A presente licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, objetiva o registro de preços para futuras aquisições de equipamentos de uso médico/hospitalar para a utilização no Centro de Saúde, Unidades de Saúde e Hospital do Município de Cruz Machado - PR, conforme as especificações contidas nos Anexos I, do Edital, ora impugnado.

Todavia, o Edital está exigindo características irrelevantes e desnecessárias no que se refere às necessidades técnicas de equipamentos Médico-Hospitais, o que reflete o caráter de direcionamento do Edital, ferindo a legislação concernente aos processos licitatórios.

Por este motivo, a IMPUGNANTE, passa a apresentar as razões da sua impugnação, visto que o Edital contém irregularidades sanáveis.

#### **2. DA IMPUGNAÇÃO**



De acordo com o ordenamento jurídico pátrio, a licitação pública está amplamente amparada na Constituição Federal e nas leis ordinárias, de forma que o Edital ao estabelecer **cláusulas restritivas**, que predeterminam a possível vencedora, afronta os dispositivos contidos no caput do artigo 37 da Constituição Federal, e, ainda, desvia-se dos preceitos preconizados nos artigos 3º, § 1º, inciso I e II da Lei nº 8.666/93.

Além disso, observamos que o inc. I, do § 1º, Art. 3º da Lei 8.666/93, veda a inserção, no Edital de licitação, de condições e ou cláusulas que frustrem ou inibam seu caráter competitivo. Vejamos, *in verbis*:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que **comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo** e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;” (grifos nossos).

No caso em tela, a Administração Pública está afastando-se completamente da essência do instituto da Licitação, qual seja, o da ampla competição e seleção da proposta mais vantajosa.

### **2.1. Da necessidade de revisão do Anexo I:**

Conforme a interpretação do jurista Jessé Torres Pereira Júnior, na obra: Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Editora Renovar, 6ª edição, ano 2003, págs. 56/57:

"(...) Licitação sem competição é fraude ou não-licitação. Outro não foi o motivo que levou a Lei federal nº 4.717, de 29.06.65, a cominar a sanção de nulidade, a ser declarada em ação popular, à empreitada, tarefa ou concessão de serviço público quando 'no edital de concorrência forem incluídas cláusulas ou condições que comprometam o seu caráter competitivo' e 'a concorrência administrativa for processada em condições que impliquem na limitação das possibilidades normais de competição' (art. 4º, III, alíneas "b" e "c")."

O mesmo autor, na mesma obra supra mencionada, na página 59, ensina que:

"(...) É expediente igualmente censurável disfarçar-se a restrição à competitividade mediante a descrição de **especificações técnicas irrelevantes** para o atendimento às necessidades a que se destina o objeto da licitação. (...)"(grifo nosso).

Vemos que a legislação constitucional e infraconstitucional garante e impõe a todos a observância e a correta aplicação dos princípios que norteiam os procedimentos licitatórios, dentre esses o da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa, os quais foram infringidos pelas exigências do anexo I do Edital, posto que o mesmo culmina por direcionar o Edital, pela inserção de **exigências irrelevantes ao uso da técnica** e ao bom funcionamento dos equipamentos, no descritivo do referido processo, vejamos:

### **ITEM 15: MONITOR MULTIPARAMETRICO**

a) O Edital exige:  
PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA C/ FAIXA DE  
MEDIÇÃO DE 0 A 300MMHG;

Requer-se seja alterada para:



PRESSÃO ARTERIAL NÃO INVASIVA C/ FAIXA DE MEDIÇÃO DE 10 A 270 MMHG NO MINIMO;

Justificativa:

A diferença de valores solicitada para alteração corresponde a +10% dos valores originais. Essa margem é perfeitamente aceitável numa monitorização de Pressão Não Invasiva, visto que valores extremos como 0 mmHg ou 300 mmHg são situações que não correspondem com a realidade clínica, uma vez que 0 mmHg corresponde à ausência de pulso, e assim, ao óbito, e 300 mmHg é usualmente ou muito próximo do limite máximo contra sobrepressão, ou seja, não é fisiológico, mesmo em condições patológicas para um paciente apresentar tal valor.

b) O Edital exige:

GARANTIA MÍNIMA DO EQUIPAMENTO POR 01 ANO COMPROVADO CONFORME MANUAL TÉCNICO DA ANVISA;

Requer-se seja alterada para:

GARANTIA MÍNIMA DO EQUIPAMENTO POR 01 ANOS COMPROVADOS CONFORME MANUAL TÉCNICO DA ANVISA OU CARTA DE GARANTIA;

Justificativa:

Tal informação pode ser encontrada em manuais originais, ou mesmo em cartas de garantia entregues em proposta e contrato, todos tendo a mesma validade no que se refere à garantia dada.

Diante de todo o exposto, deve o Anexo I, do Edital, ser devidamente **revisado** pela Licitante, visando a sua alteração e inclusão das especificações necessárias, para permitir que outros concorrentes possam participar do Certame, oferecendo equipamentos com tecnologia atualizada.



O que se pretende com a presente impugnação é que a escolha do produto seja feita em função de **critérios econômicos e técnicos, que evidenciem uma vantagem na escolha**, conforme disposto legalmente, motivo pelo qual deve haver uma melhor avaliação das características técnicas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente impugnação pretende, com base na fundamentação técnica e jurídica ora exposta, demonstrar que através da alteração do Edital, a Licitante pode ser beneficiada **sem qualquer alteração nos custos da licitação.**

É sabido que a licitação visa permitir a participação do maior número possível de interessados, em um processo seletivo que lhes permita igualdade de condições, fazendo com que a Administração Pública possa contratar com aquele que lhe ofereça melhores condições técnicas e econômicas, com a segurança exigida. Entretanto, não é isto que verificamos no caso em tela.

Portanto, mantendo-se as exigências aqui combatidas estará essa Comissão de Licitações favorecendo demasiadamente uma única empresa em detrimento de outras, aptas a ofertarem equipamentos excelentes e de tecnologia mais avançada a preços acessíveis.

### **4. REQUERIMENTO**

**1.** Diante do exposto e tendo em vista que o Edital, na forma como redigido, se caracteriza direcionador no item citado, a Impugnante requer que seja REFEITO/REDEFINIDO o descritivo no que se refere às especificações técnicas campo observações, constantes do Anexo I, consoante a fundamentação supra, permitindo assim que outros fabricantes, igualmente ou mais qualificados, possam participar da licitação, atendendo obviamente as

necessidades do objeto da licitação, em total observância aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Curitiba, 13 de março de 2015.



**MEDICALWAY EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**

**Luciano da Silva Vasconcelos**

**Representante legal**

**RG: 8356785-6 SSP/PR**

**CPF: 029.804.079-41**